



www.uqah.quebec.ca/ries2001/

RESISTIR E CONSTRUIR

**2º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade
Quebec, 9 a 12 de outubro de 2001 – Documento final**

1. A economia social e solidária e a outra globalização

1.1 Frente à ausência de regulamentação da economia mundial, à pobreza que conduz à exclusão uma parte crescente da população, particularmente de mulheres e crianças, e frente às ameaças ao equilíbrio ecológico do planeta, emergente de contratendências nas quais nos reconhecemos, somos cidadãos e cidadãs portadores de iniciativas que tomam forma no espaço da inovação trazida pela crise. Designamos estas iniciativas através do termo de economia social e solidária, no sentido que se encontra na *Declaração de Lima* :

A economia solidária apóia-se na cooperação, divisão e ação coletiva. Ela coloca a pessoa humana no centro do desenvolvimento econômico e social. A solidariedade na economia repousa em um projeto econômico, político e social ao mesmo tempo, que conduz a uma nova maneira de fazer política e de estabelecer as relações humanas baseada no consenso e na forma de agir do cidadão.

1.2 Por vários motivos, a economia social e solidária empenha-se na elaboração de respostas inovadoras aos problemas suscitados pela globalização. Ela participa da construção de uma nova forma de viver e de pensar a economia. Com de dezenas de milhares de projetos, a sociedade civil se reconstrói principalmente através do movimento associativo de países do Norte e do Sul, demonstrando dessa forma, cada um de sua maneira, seu desejo por uma outra globalização.

1.3 Consideramos que o desenvolvimento local, a economia social e solidária, assim como uma sociedade civil forte fazem parte dos pontos cardeais do desenvolvimento. Estas afirmações identificadoras das coletividades contribuem para a redefinição do desenvolvimento. Elas evocam novas instituições, novas vias de ação e demonstram a capacidade das iniciativas locais de terem um impacto sobre os processos de desenvolvimento em escala nacional e internacional.

1.4 O movimento é embrionário, muito diversificado e heterogêneo. Nem todas as suas estratégias são convergentes e suas posições são seguidamente defensivas. A resistência política afirma-

se vigorosamente e força as grandes instituições e os Estados a modificarem as orientações que lhes são propostas pelos neoliberalistas.

- 1.5 Porém ela também existe como proposição. São tantas as vias que se oferecem, que é necessário explorar considerando o desejo dessas redes e organismos de encontrar as soluções aos problemas concretos à medida que eles se apresentam. O momento parece propício a colaborações em torno de finalidades comuns de democratização do desenvolvimento. As mobilizações sociais de Seattle e Porto Alegre são símbolos de uma estratégia de dois eixos que não se excluem, mas, ao contrário, podem se reforçar mutuamente: 1) resistência política e organização necessária de contrapoderes; 2) construção de um novo pólo de desenvolvimento a fim de avançar o princípio de solidariedade no conjunto da economia.
- 1.6 Esses movimentos sociais têm um potencial de duração porque o desejo de uma cidadania ativa se expressa de uma forma mais explícita no cenário político; porque são apoiados por alguns Estados e instituições internacionais; porque as ligações entre os movimentos sociais tradicionais e os movimentos novos se consolidam; porque as novas tecnologias de informação permitem a comunicação em tempo real em escala planetária.
- 1.7 Esta energia permite a expressão de proposições e projetos alternativos para os grandes desafios internacionais e o surgimento de novas fórmulas internacionais de cooperação.

2. Nossas prioridades para uma outra globalização

Desejamos que a economia social e solidária participe

- 2.1 da vigilância à economia mundial;
- 2.2 do respeito e da proteção ao meio ambiente;
- 2.3 da vigilância da mudança em matéria de emprego, trabalho e produção social;
- 2.4 da análise e transformação da interação entre a ordem econômica neoliberal e a ordem patriarcal;
- 2.5 da democratização do desenvolvimento.

Para tanto, identificamos os desafios comuns a todos os setores de atividade e os desafios específicos às grandes instâncias com os quais nos comprometemos.

3. Os desafios comuns ao conjunto de instâncias da economia social e solidária

- 3.1 Desenvolver principalmente a identidade da economia social e solidária no Norte e no Sul em torno de valores compartilhados e de um projeto político de democratização em parceria com o Estado;
- 3.2 O potencial transformador de experiências das mulheres na área da economia social e solidária deve ser tornado visível e disponível para a elaboração de um novo modelo de organização social e de desenvolvimento;
- 3.3 Cada uma das prioridades sustentadas passa por desafios e práticas que concernem as mulheres;
- 3.4 O relatório para o Estado é problemático e necessita esclarecimentos; ele se dirige ao Norte e ao Sul e deve ser contextualizado;

- no Norte, as relações entre as empresas de economia social e solidária e o Estado são conflituosas e há uma tensão entre a autonomia e o reconhecimento dessas iniciativas;
 - no Sul, há uma falência do Estado e essa ausência torna precárias as empresas da economia social e solidária;
- 3.5 A economia social e solidária não é somente uma resposta às necessidades, mas um exercício de cidadania ativa;
- 3.6 Temos necessidades metodológicas democráticas para a economia social e solidária; precisa-se do desenvolvimento de indicadores apropriados para a avaliação das contribuições de diversos agentes sociais.
- 3.7 Devemos fazer reconhecer o caráter estrutural da pobreza.
- 3.8 As regras do mercado fragilizam a margem de mão-de-obra das empresas de economia social e solidária que concorrem em seu nível de produção. Elas enfrentam os desafios de contribuir para a democratização do mercado.
- 3.9 É preciso evitar que o desenvolvimento seja medido através de indicadores da economia do mercado neoliberal. Devemos elaborar indicadores de desenvolvimento que correspondam a características específicas e que estejam na medida de valores que identifiquem a economia social e solidária;
- 3.10 É preciso concretizar a vontade manifesta de cooperação entre as empresas de economia social e solidária e estimulá-las a comporem uma rede para evitar a competição. É necessário igualmente favorecer a cooperação entre os campos da economia social e solidária;
- 3.11 A economia social e solidária deve considerar que o desenvolvimento não tem sentido se ela não respeitar a saúde e o meio ambiente.

4. Os desafios específicos das principais instâncias

4.1. Economia social e solidária e financiamento para o desenvolvimento local

- 4.1.1 A gestão democrática de fundos da economia social e solidária: é necessário que as pessoas mantenham a gerência do financiamento e que lhes sejam dados meios para desenvolver sua competência para tanto, inclusive a utilização de financiamentos complementares, tais como os bancos de tempo e a moeda social;
- 4.1.2 A acessibilidade de fundos da economia social e solidária: é necessário que fundos suficientes estejam disponíveis, que os critérios de acesso e avaliação sejam os da economia social e solidária. Para tornar os fundos acessíveis, é preciso reforçar as alianças com os movimentos sociais— por exemplo, os sindicatos ou as cooperativas — que tenham meios de mobilizar financiamentos. É necessário igualmente oferecer parcerias Norte-Sul de micro-crédito e de investimento financeiro;
- 4.1.3 Relativamente às fontes públicas de financiamento, a distância entre o Norte e o Sul onde o Estado nem sempre assume o papel de distribuidor social de riqueza.

4.2. Economia social e solidária e desenvolvimento local

4.2.1 A participação das populações é um desafio-chave da economia social e solidária no desenvolvimento local; a participação é a possibilidade de ter voz, de se organizar coletivamente e de incluir as populações marginalizadas;

4.2.2 Na área do desenvolvimento local, a reintrodução do social passa pela mobilização e responsabilização de agentes e pela criação da solidariedade no financiamento, produção, acesso ao mercado, distribuição e consumo;

4.2.3 Na área do desenvolvimento local, a economia social e solidária nas relações de poder e na partilha destes poderes: o acordo com outros setores da coletividade e a negociação com os poderes públicos manifestam a importância política da economia social e solidária; de forma mais particular com os governos locais que devem reforçar as experiências da economia social e solidária;

4.2.4 A economia social e solidária precisa inscrever as iniciativas locais em âmbitos maiores que sejam regionais, nacionais e internacionais.

4.3. Economia social e solidária e cooperação internacional

4.3.1 O co-desenvolvimento Norte-Sul repousa na identificação de interesses recíprocos nos quais se realizam parcerias, partilhas de conhecimento e co-aprendizagem do desenvolvimento com práticas igualitárias;

4.3.2 Os investimentos devem ser feitos em projetos concretos e em função de objetivos pensados e desenvolvidos por pessoas do Sul;

4.3.3 A cooperação internacional e os investimentos não devem ser feitos sem que não seja considerado o problema da dívida externa cujo peso afeta diretamente as possibilidades de desenvolvimento dos países devedores.

4.4. Economia social e solidária e serviços de proximidade

4.4.1 Há uma tensão entre a vontade de autonomia que existe nas organizações com a nossa imagem e as colaborações com outros agentes que implicam compromissos nas relações com o Estado e com o mercado;

4.4.2 O reconhecimento do trabalho da mulher é determinante, particularmente nos serviços de proximidade;

4.4.3 Há um desafio na passagem do privado ao coletivo: de uma parte, na produção de serviços relativos à esfera doméstica; de outra parte, na transferência ao empresariado coletivo de produções feitas pela empresa privada.

4.5. Economia social e solidária e políticas públicas

4.5.1 No Norte, o reconhecimento da economia social e solidária tem um certo progresso. O desafio é a manutenção da autonomia de organizações de base e a prática de uma colaboração conflituosa de agentes com identidades diferentes;

4.5.2 No Sul, a autonomia de organizações de base em grande parte já foi adquirida, mas paga o preço do não-reconhecimento; elas devem conquistar a co-gestão de programas e a co-construção com o Estado;

4.5.3 Há a necessidade de construir alianças duráveis que pesem nas políticas públicas.

4.6. Economia social e solidária e habitação

4.6.1 A habitação deve ser considerado como um espaço de recomposição dos elos sociais;

4.6.2 É preciso desenvolver projetos de habitação que comportem outros serviços que contribuam para o desenvolvimento de comunidades;

4.6.3 É preciso denunciar o desinvestimento ou o não-investimento do Estado no financiamento da habitação.

4.7. Economia social e solidária e transferência de saber

4.7.1 Existe a necessidade de elaborar metodologias participativas para passar da transferência do poder à partilha e à criação de saber, passando pela valorização de experiências, estágios de integração, etc;

4.7.2 As transferências de tecnologia devem ser feitas sem criar distâncias sociais nos meios que as recebem;

4.7.3 É preciso avaliar, com transparência e equidade, as necessidades de forma a responder àquelas que são reais;

4.7.4 É preciso dar às mulheres meios financeiros de participar da formação.

4.8. Economia social e solidária e comércio eqüitativo

4.8.1 É preciso aplicar os princípios de igualdade a todas as etapas: produção e distribuição eqüitativas, e também o consumo ético;

4.8.2 O comércio eqüitativo pode levar a perturbações no desenvolvimento local, modificando as regras locais de compra ou a manutenção de empregos locais : o desafio é aprender a administrar este tipo de tensões;

4.8.3 A certificação de produtos pelo comércio eqüitativo conduz a custos consideráveis e não dá lugar à contribuição dos parceiros: é um desafio desenvolver uma certificação participativa.

4.9. Economia social e solidária e emprego

4.9.1 Precisamos desenvolver um análise mundial do mercado de trabalho;

4.9.2 Devemos desenvolver o intercâmbio de proposições entre o Norte e o Sul na luta contra a precariedade no trabalho e por empregos de qualidade;

4.9.3 É preciso que as empresas de economia social se inscrevam no processo de desenvolvimento local;

4.9.4 É preciso lutar pela criação de empregos dignos e desenvolver medidas de proteção social para os trabalhadores das empresas de economia social e solidária.

4.10 Economia social e solidária e meio ambiente

4.10.1 A economia social e solidária deve contribuir para a prevenção na área do meio ambiente : devemos respeitar o meio ambiente antes de tentar controlá-lo;

4.10.2 A responsabilidade de educar a população passa pela informação sobre os resultados obtidos por essas empresas em termos de recuperação, reutilização e reciclagem;

4.10.3 Temos a responsabilidade de uma ação de vigilância conjunta Norte-Sul quanto aos impactos ambientais das multinacionais no Sul;

4.10.4 É preciso iniciar a mudança de nossos hábitos de consumo para que uma mudança decisiva no meio ambiente seja possível em escala mundial.

4.11 Economia social e solidária, artes e cultura

4.11.1 A cultura é uma dimensão da vida, ela dá sentido à vida. A produção cultural deve considerar a diversidade que isso implica; nesse sentido, ela é uma via de resistência ao modelo único;

4.11.2 O turismo social desenvolvido por empresas de economia social do Norte e do Sul contribuem para este objetivo.

4.12 Economia social e solidária e paz

4.12.1 A economia social e solidária pode ter um papel importante no processo de paz e reconciliação nos meios de conflito tal como demonstram experiências na África do Sul, Irlanda do Norte, antiga Iugoslávia, Colômbia e Peru;

4.12.2 A economia social e solidária pode particularmente intervir na mediação entre as partes em conflito, orientando o processo de desenvolvimento sobre os interesses comuns a manter e/ou a restaurar a coletividade e o meio dos quais todos dependem;

4.12.3 A intervenção social e ambiental realizada em parceria ou coletivamente pelas antigas partes em conflito pode ter um efeito de apoio, reconciliação e/ou cura;

4.12.4 As mulheres, umas das primeiras vítimas da guerra e da violência, estão seguidamente nos bastidores desses processos; elas deveriam desempenhar um papel de direção mais visível no desenvolvimento local;

4.12.5 Um inventário de práticas utilizadas em todo o mundo deveria ser feito e posto em circulação concomitantemente à evidência de causas econômicas que favorecem a emergência de conflitos e da violência.

4.13 Economia social e solidária e agricultura

Convém integrar a questão agrícola às grandes instâncias da economia social e solidária, principalmente para que seja considerada a segurança alimentar numa perspectiva de repartição da riqueza e preços justos dos produtos agrícolas.

5. Coordenar nossos esforços no plano internacional para apoiar as redes de economia social e solidária

5.1 Desejamos criar uma comissão de ligação formada por quatro (4) animadores de redes para cada continente (América Latina e América do Norte, Europa, África, Ásia e Oceania). Esta comissão descentralizada zelará pela aplicação das prioridades que definimos e permitirá o entrelace das redes continentais. Para este fim, ela terá a responsabilidade de constituir uma equipe técnica para apoiar o processo de ligação internacional.

5.2 Esta comissão internacional de ligação apoiada por uma equipe técnica terá como tarefas¹ :

5.2.1 A difusão de debates, experiências, know-how de empresas de economia social e solidária;

5.2.2 O desenvolvimento de intermediários para estas experiências e redes;

5.2.3 O apoio à colocação em rede de empresas e de redes de economia social e solidária;

5.2.4 O inventário das redes e o apoio às redes nacionais;

5.2.5 A contribuição à luta ideológica em favor da economia social e solidária, principalmente através da presença da economia social e solidária em foros internacionais;

5.2.6 Ser, na continuação dos encontros de Lima e de Quebec, a alavanca-mestra do 3º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade, incluindo a pesquisa do financiamento necessário.

6. O 3º Encontro Internacional para a Globalização da Solidariedade deve respeitar o princípio de alternância Norte-Sul.

Em prosseguimento ao debate em sessão plenária, em conformidade com o princípio de alternância Norte-Sul, os participantes do Encontro de Quebec se reencontrarão para um 3º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade em Dakar (Senegal), em 2005.

¹ *Os participantes europeus aprovam a criação de um comitê de ligação para a preparação de um 3º Encontro Internacional da Economia Social e Solidária. Sobre as tarefas restantes e sobre a composição de sua delegação, os participantes europeus se pronunciarão após uma reunião aberta a outras redes identificadas na Europa.*